

“BRASIVIANOS”: CULTURAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES.

Resumo: O estudo das diásporas de famílias seringueiras no entre-fronteiras da Amazônia Sul-Occidental, Acre (Brasil) e o Departamento de Pando (Bolívia), como parte da conjuntura dos deslocamentos de trabalhadores brasileiros, chamados de “brasivianos”, para os seringais bolivianos a partir do processo de internacionalização dos conflitos sócio-agrírios do Brasil, particularmente da Amazônia, na década de 1980, mostra que esses sujeitos ao atravessar a fronteira nessas condições não apresentam apenas ser um estrangeiro, mas um “sem-direitos”. Dessa forma, as trajetórias narradas pela comunidade “brasiviana”, pesquisa de campo (2011 a 2013), permitiram reconhecer as representações sobre os conceitos de cultura, fronteira e identidade elaborados por esses homens e mulheres que amordaçados ou não do jogo de “silêncios” em razão das implicações geopolíticas, econômicas, sociais e culturais realizaram uma experiência de vida no trânsito dos entre-espaços de fronteiras latinas. Assim, a diversidade cultural e histórica como locus implica pensar as diferenças, mas também as trocas e negociações culturais. Portanto, os entre-lugares fronteiriços dos rios Abunã e Acre localizam os chamados “brasivianos” na primeira década do século XXI como um campo de possibilidades que permitem analisar as temporalidades dos encontros e desencontros das experiências constituídas ao longo da história entre brasileiros e bolivianos nesses espaços interamericanos amazônicos.

Palavras-chave: *Brasivianos 1; Culturas 2; Fronteiras 3; Identidades 4; diáspora 5 espaços interamericanos amazônicos.*

1. Introdução

Se, em nossa teoria itinerante, estamos conscientes da *metaforicidade* dos povos de comunidades imaginadas [...] veremos que o espaço do povo-nação moderno nunca é simplesmente horizontal. Seu movimento é metafórico requer um tipo de “duplicidade” de escrita, uma temporalidade de representação que se move entre formações culturais e processos sociais sem uma lógica causal centrada. E tais movimentos culturais dispensam o tempo homogêneo, visual, da sociedade horizontal. A linguagem secular da interpretação necessita então ir além da presença do olhar crítico horizontal se formos atribuir autoridade narrativa adequada à “energia não-sequencial proveniente da memória histórica vivenciada e da subjetividade”. Precisamos de um outro tempo de *escrita* que seja capaz de inscrever as interseções ambivalentes de tempo e lugar que constituem a problemática experiência [...] (BHABHA, 2007, p. 200).

A história dos deslocamentos de trabalhadores brasileiros para os seringais da Bolívia na forma como se apresentaram os “brasivianos”, clandestina e “sem-direito” até o ano de 2008, expõe uma “geografia dos esquecidos” de além-fronteiras amazônicas. Esta história tem na



exploração do látex ocorrida no final do século XIX sua representação na territorialidade seringalista, por meio da qual se constituiu a tradição social seringueira.

Nas últimas décadas do século XX entre as explicações da intensificação desse deslocamento se destacam a contextualização dos conflitos agrários e a relativização da fronteira amazônica Sul–Ocidental por nacionais brasileiros que atravessaram os Rios Abunã e Acre, em direção aos seringais bolivianos do Departamento de Pando-BO, em busca de lugar de moradia e trabalho. Entretanto, no início deste século, XXI, os conflitos provocados por movimentos sociais e políticos na Bolívia visibilizou o trabalhador latino-amazônico na fronteira de Pando, passando a ser reconhecido por sua particularidade social e, também, como protagonista de diferentes processos de alteridades exposto por novos elementos constituídos socialmente: os lares interculturais; a experiência social promovida pelo refúgio de bolivianos na região acreana; a sala de aula e os cultos religiosos que serviram de espaços de negociação e interação cultural e passaram a ressignificar esta área de fronteira.

Neste sentido, homens e mulheres trabalhadores brasileiros legalizados ou não e que vivenciam ou vivenciaram uma experiência clandestina na zona fronteira de Pando, particularmente, em áreas rurais das Províncias: Abunã, Bella Flor, Abunã, Frederico Gusman e, ainda, em espaços urbanos como a cidade de Cobija, os pequenos lugarejos de Maparo, Evo Morales e entre outras as comunidades da região de Porvenir, apresentam esses espaços como interstícios de interconexão dos Rios Abunã e Acre, fronteira entre o Estado do Acre, Brasil e o Departamento de Pando, Bolívia. Estes podem ser considerados espaços interamericanos e amazônicos que se revelam como um entre-lugar de culturas, fronteiras e identidades constituídas no contexto da Amazônia: brasileira e boliviana.

Assim, ao tomar o termo “brasivinos” como uma chave de análise para problematizar as questões ligadas às articulações, continuidades e descontinuidades culturais, as fronteiras e identidades através da presença de brasileiros no Departamento de Pando-Bolívia, particularmente na faixa fronteira da província de Frederico Gusman - região mais urbanizada e as províncias de Bella flor e Abunã - áreas mais ruralizada com seringais e colocações, possibilitou divisar a constituição de territorialidades fronteiriças em disputa no contexto da Amazônia Sul–Ocidental, em especial, a partir da década de 1980, quando as políticas públicas direcionadas para



a Amazônia brasileira provocaram deslocamentos de famílias de seringueiros brasileiros para os seringais e colocações da região pandina-BO.

É importante frisar que embora em terras bolivianas até o início do século XXI as intra-relações realizadas entre brasileiros no interior do espaço pandino, bem como, entre brasileiros e instituições principalmente de saúde das cidades acreanas de fronteira, a exemplo de Assis Brasil, Acrelândia, Brasília, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro e Xapuri. Estes municípios se constituíram como entrepostos fronteiriços onde as redes de ligações de parentesco, amizades e, também, institucionais se estabelecem entre aqueles trabalhadores e os demais brasileiros.

Esse fato tornou visíveis as continuidades culturais com o país de origem, e também, as inter-relações desses sujeitos com bolivianos e a sociedade boliviana, constituídas e articuladas desde aquelas estabelecidas através do posto aduaneiro no Rio Abunã, das vendas de produtos do trabalho familiar extrativista e a pequena produção agrícola nas feiras do mercado e portos da cidade de Cobija, o que permite entrever no âmbito econômico, para além da contribuição destes sujeitos na economia local. Estes se constituem como espaços de interações entre brasileiros e bolivianos em contatos sociais.

Os lares interculturais que possibilitam constatar os desafios dos sujeitos em processos diferenciados de alteridades que ocorrem nas áreas urbanas e rurais do Departamento de Pando; o ato de receber atendimento em posto médico e de matricular os filhos demonstram que são usuários do sistema de educação e saúde da Bolívia; a escola, particularmente a sala de aula, e a igreja, são lócus de aprendizado e sociabilidade do idioma local - o espanhol, que adquiriu um sentido de “soma” entre as culturas presentes.

interação promovida nestes lares encontram-se intimamente ligadas ao convívio doméstico, onde as alteridades são constituídas por laços afirmativos de afetividade e cumplicidade, constituídos entre pais e filhos ao combinarem entre si que os filhos aprenderiam os dois idiomas, por estudarem em escolas bolivianas dominam a escrita e a fala do espanhol, enquanto o espaço do lar se revela como lugar de preservar o português através da conversação visando à aprendizagem do português pelos filhos, esta foi uma decisão materna. Importante ressaltar que é também possível identificar as diferenças culturais veladas no interior do lar intercultural representadas, particularmente, na decisão da nacionalidade dos filhos e pelo domínio do idioma entre os falantes do português e do espanhol.



Acerca da decisão do aprendizado do idioma, a pesquisa de campo tornou possível identificar no cotidiano de mulheres brasileiras casadas com bolivianos, representantes de lares interculturais na cidade de Cobija–Pando–Bolívia, as estratégias de dominação e resistência forjadas no jogo de interação dos sujeitos, como as demonstradas na narrativa de Sandra Azad: “em nossa família conservamos os dois idiomas meus filhos dominam o português falamos em casa e na escola, na sociedade o espanhol, mas, na casa de uma amiga brasileira, também casada com um boliviano os filhos não falam o português, pois ela como mãe optou pelo domínio espanhol para evitar o constrangimento da aprendizagem como ela havia aprendido pela necessidade de pequenas coisas após o parto que não podia fazer. Eles hoje falam um portunhol carregado. (...) Mas ela, quando encontro durante passeio, conversas à tardinha, no parque ou na praça, fala o português fluentemente”.

Estas formas de interações reafirmam as diversidades e as diferenças culturais. A narrativa de Sandra Azad, neste fragmento, mostra que existem duas situações envolvendo as interações nos lares interculturais: a decisão que tanto a mulher brasileira (mãe), quanto os filhos bolivianos possam preservar a língua do país de sua origem em dimensões opostas à interação. E em outra, a mulher brasileira, também mãe, que dominou o espanhol e preservou o português para si e os filhos. Se de um lado as estratégias visam submeter o outro a falar o idioma dominante dentro do lar, denotando as diferenças culturais, por outro lado, se identifica “conservamos os dois idiomas” em simples “passeio”, as conversas à “tardinha”, “parque” ou “praça” entre falantes de um mesmo idioma como uma das formas de resistir à submissão imposta.

Desta forma, se conclui que enquanto as estratégias de submissão, por materializarem uma forma para condição de pertencimento ao grupo familiar tacitamente aceita, podem ser classificadas como dominação tácita. As estratégias de resistência se manifestam de duas maneiras: uma pela decisão de “preservação” e “continuidade” do domínio do português para si como falante bilíngue, a outra, ao afirmar entre seus descendentes o domínio do espanhol.

Mas, o “portunhol” ao representar uma alternativa possível da aprendizagem do português, se constitui como uma resistência ambígua própria do entre-lugar cultural de fronteiras. Desta forma, os filhos de casais interculturais, dependendo da dinâmica interna familiar e do lar, particularmente em áreas urbanas a exemplo da cidade de Cobija onde fora possível identificar mais acentuadamente a presença da mulher brasileira constituindo lares interculturais,



nestes lares em que a mãe brasileira se apresenta atuante no núcleo familiar, os filhos aprendem e falam o português fluentemente. Assim, seja no plano social como a escola, a praça e outros espaços e grupos de interatividade, seja no espaço do lar ao se considerar a permanência dos falantes do português.

Neste inter-espaço de fronteiras físicas e líquidas é possível constatar a materialização no campo das representações, como os sujeitos realizaram uma articulação entre as culturas, brasileira e boliviana. Nessa área fronteira as circularidades provocadas pelos deslocamentos e a constituição das redes de sociabilidade marcam a dimensão sociocultural desse espaço latino-amazônico.

Nesse sentido, o termo interamericano que a partir de 1902 sob a nomenclatura “Panamericana” passou a designar as estratégias de colaboração mútua entre países latinoamericanos, tomado como conteúdo histórico, particularmente social, uma vez que embora responda por um processo político em construção entre as nações latinas, em 1948 com a criação da OEA se revestiu de princípios originados na história de cooperação regional desde o século XIX, ano de 1826, quando Simão Bolívar convocou o Congresso do Panamá com vistas a criar uma associação dos Estados do Hemisfério Sul.

Esse termo permite reconhecer o passado colonial singular dos espaços interamericanos como um entre-lugar socialmente constituído de diversidades culturais, o que implica pensar que ao longo da História a ideia fundamental do uso do termo interamericano está associada para designar “cooperação” e “unidade”, reafirmada em 1970 com a “União Pan-americana”. Assim, pensado como algo que em si anuncia tanto uma compreensão do passado colonizador desde o pensamento de Simão Bolívar, como a intersecção de que é portador, sob o qual múltiplas histórias latinas se tornam singular, mas, também expõem uma ambiguidade cultural contraditória do colonizado latino mais evidente em área das fronteiras nacionais.

Destaca-se aqui, a resistência do trabalhador brasileiro, clandestino, em território boliviano em aprender o espanhol e a qualidade de “soma” constituída socialmente pela geração posterior (filhos de brasileiros), a partir da convivência nos espaços da escola, igreja e lares interculturais onde negociaram o intercâmbio cultural como elementos mediadores da diversidade cultural inerente a esta fronteira.



Desta forma, partimos do pressuposto que o interamericano amazônico constituiu uma forma como se expressa a fronteira política entre Brasil e Bolívia quando analisada a partir da dimensão social desses homens e mulheres, representados nessa dissertação pelos narradores que dela colaboraram com suas histórias de vida. Esse posicionamento determinou uma releitura da historiografia regional no que tange ao contexto amazônico Sul-Occidental, uma vez que traçou uma representação da região acreana a partir do final do século XIX e início do século XX, como área de litígio entre o Brasil e a Bolívia.

Essa herança fronteiriça colonial das coroas portuguesas e espanholas, não foi resolvida nos tratados celebrados desde o Tratado de Madrid, em 1750, o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777 e o Tratado de Ayacucho, em 1867.⁸¹ A síntese de Arthur César Ferreira Reis ao aglutinar o pensamento historiográfico regional acerca do “mundo amazônico” expõe este como uma zona da ambição de potências capitalistas para usufruir a matéria-prima (borracha), tornando a Amazônia um espaço de constantes “barganhas”, em particular a região do Acre, onde os episódios contra os impostos bolivianos e a predisposição dos seringalistas brasileiros em expulsar o grupo de Paravicini, bem como, a intimação de José de Carvalho datada de 1º de maio de 1899 e a retirada pacífica de Puerto Alonso do delegado boliviano Moisés Santivanez, em 03 de maio de 1899, são conteúdos de temporalidades de conflitos políticos.

Por outro lado, a instalação do Estado Independente do Acre, em 14 de julho de 1899; o Governo de Luis Galvez Rodrigues de Arias, no final do século XIX; a expedição dos poetas em 1900 e início do século XX, a implantação do Bolivian Syndicate em 11 de julho de 1901, e conseqüentemente, a chamada “Revolução Acreana”, de 06 de agosto de 1902 e o governo de Plácido de Castro, são elementos historicamente constituídos de territorialidades em disputa. Estes eventos históricos evidenciaram um interamericanismo amazônico constituído numa teia fronteiriça eivada de decisões políticas, econômicas, mas também socioculturais.

Nesse contexto, os homens e mulheres escamoteados no subsolo dos interesses políticos e econômicos nessa região, que resistiram, se submeteram e forjaram saídas que subvertem a lógica entre território-nação ficaram conhecidos em fins da década de 1980 por “brasivianos”. A partir de 1989, particularmente, os seringais e colocações, ocupados pela comunidade “brasiviana” permitiram recompor os diferentes tempos de entre-fronteiras e recriaram uma territorialidade nos interstícios fronteiriços dos Rios Abunã e Acre, pois se acredita que são esses sujeitos quem



revelam elementos de uma cultura híbrida em diferentes processos de alteridades, e ainda, lidaram com as mudanças que o capitalismo impôs à constituição dessa fronteira.

O universo dos seringais, colocações, comunidades e cidades fronteiriças são lugares das experiências de brasileiros em território boliviano e, as cidades acreanas de Brasiléia, Epitaciolândia, Plácido de Castro aonde circulam os bolivianos, foram concebidos como espaços híbridos onde coabitam diferentes tempos, temporalidades e territorialidades.

Assim, a fronteira enquanto categoria de análise é e continuará sendo importante para compreender como as questões de ordem socioculturais são expressas por homens e mulheres em suas experiências sociais nesse espaço fronteiriço, ora manifestando as diferenças nacionais visíveis, por exemplo, na decisão de nacionalizar os descendentes pela origem dos pais, ora revelando a diversidade cultural exposta pela interação linguística do “portunhol”. Em ambas alternativas de ressignificação, a articulação de elementos culturais é resultado de negociações, conflitantes ou não, manifestadas pelos sujeitos intrinsecamente ligados ao contexto histórico e ao modo de identificação com os valores, postos em jogo na malha das escolhas realizadas por esses homens e mulheres.

Nesse sentido, considerou-se a ideia de fronteira móvel que explicou a expansão territorial do Brasil no final do século XIX e que se configura como sendo a primeira etapa que marca a constituição desse espaço fronteiriço. A seu turno, essa primeira etapa evidenciou a fronteira do Abunã ao mesmo tempo como limite jurídico da geopolítica do Estado Moderno a partir dos tratados de 1903 e 1909, mas, também como uma zona de contato, pois se constata um contínuo deslocamento de nacionais brasileiros para além-fronteiras, evidenciando um encontro de itinerários em espaços de fronteira, constituindo processos diferenciados de alteridades culturais.

Entretanto, se até a metade do segundo quartel do século XX, as mulheres e os homens fronteiriços interamericanos e amazônicos dos Rios Abunã e Acre ainda se definiam pelo centro nacional brasileiro, a partir de 1989, após o II Encontro Nacional dos Seringueiros, a leitura do antropólogo social de Alfredo Wagner Berno de Almeida (1995) apresentou a definição “brasiviana” como uma identidade para aqueles sujeitos de além-fronteiras. Assim, sob o véu da inclusão e da exclusão dos centros que representam a expressão “brasiviana” se constituiu numa ambivalência de processos históricos diferenciados de alteridades fronteiriças nos Rios Abunã e Acre.



A pesquisa, realizada durante os estudos de doutoramento, mostrou que o espaço de fronteira nesse contexto se evidenciou não como um espaço que produz a ideia de término, de raia, enfim, como ponto de separação, mas, o lugar aonde a presença de famílias brasileiras e bolivianas apresenta uma dimensão social de fluxos contínuos e descontínuos de interações e articulações culturais convertendo-a em um espaço híbrido, em um modo de viver no entre-lugar socialmente constituído.

Nesse sentido, o estático conceito jurídico da "fronteira" que se definia por uma linguagem da diplomacia internacional, por ação geopolítica de território nacional carrega em si o poder habilitado de separar quem está dentro de quem estão fora, nos interstícios dos Rios Abunã e Acre, passando a responder pelos dinâmicos conceitos de fronteira líquida, zona de contato, de espaço híbrido que se singulariza por carecer de uma identidade. Logo, a discussão posta pela polarização "identidade/nacionalidade", que caracterizou o discurso intelectual e o desenvolvimento sócio-político durante o século XIX e XX, é precisamente uma das implicações interamericanas de brasivianidade, do conceito de "fronteira".

Nesse sentido, as narrativas analisadas neste estudo mostraram como homens e mulheres converteram de modo simbólico, a fronteira em espaço, que ao mesmo tempo em que é geográfico é também, etnoracial, religioso, psicológico e dinâmico. Essas dimensões estão implícitas na fala e dialogam sob o fluído das temporalidades e contextos históricos desses entre-lugares. Nesse trabalho o conhecimento histórico foi sendo constituído tomando como referência as narrativas de brasileiros, mas também, de bolivianos que viveram experiências de diásporas, pois reconhecemos serem estes sujeitos portadores de saberes e visões de mundo próprio do protagonismo social daquela fronteira. Desta forma, a partir do cotidiano e de como viveram suas experiências sociais revelam uma entre-condição do fazer-se mensageiro, em trânsito, de uma história de fronteiras no espaço interamericano e amazônico.

Assim, o contexto dos deslocamentos de famílias brasileiras, durante os conflitos sociais no Estado do Acre-Brasil envolvendo a questão da terra no final do século XX, para os seringais da Amazônia pandina-BO permitiu inscrever o fenômeno da travessia de seringueiros brasileiros além-fronteiras dos Rios Abunã e Acre como um encontro sociocultural, contemporâneo, de famílias brasileiras legalizadas ou não no Departamento de Pando-BO, bem como, identificar a diversidade dos grupos sociais que habitam aquele espaço.



O intuito de reconhecer as vozes daqueles homens e mulheres como sabedores de uma história de alteridades nas fronteiras amazônicas para expor as questões de objetividade e subjetividade do trabalho do historiador. Assim, os pressupostos metodológicos do uso da história oral e os pressupostos da história do presente, possibilitou um entendimento acerca de pensar o documento (oral ou escrito), enquanto expressão do vivido, que na pesquisa se traduziu em momentos de constantes diálogos entre fontes orais e escritas para a elaboração da tese.

Considerando essas questões, as narrativas assumiram lugar privilegiado uma vez que o próprio termo “brasiviano” constituído a partir do universo de fronteira dos seringais bolivianos não se revelou como algo a expressar uma identidade constituída pelos próprios sujeitos, em razão das implicações fronteiriças o referido termo, foi tomado como uma chave de análise, e nesse sentido, os conceitos básicos apresentados no título “Brasivianos’: culturas, fronteiras e identidades” foram sendo compreendidos a partir da forma como os narradores pensaram e materializaram as articulações das culturas brasileira e boliviana nesta zona fronteira dos interstícios interamericanos amazônicos dos Rios Abunã e Acre.

Em seu conjunto as narrativas quando analisadas uma após a outra, expõe além das diferentes temporalidades e experiências de diásporas nesses entre-lugares, as contradições dos seus narradores, conclusões divergentes, mesmo quando há falas contemporâneas, paralelas e até semelhantes em várias passagens. São as divergências reveladas na pesquisa e o que elas permitiram pensar para concluir a problemática fundamental desta tese acerca das formas de como as culturas brasileira e boliviana são representadas e articuladas na área de fronteira dos rios Abunã e Acre, que permitem ou não constituir identidades, particularmente, a chamada “brasiviana”.

É importante frisar que as narrativas que compõem o primeiro capítulo atendem ao objetivo proposto de entender como o grupo de “brasivianos” interpretou e reinterpretou o processo de expropriação e, articulou nas suas vivências os valores culturais nessa região fronteira da Amazônia interamericana. A narrativa de Aldevino Correia “Filho de pais migrantes” apresenta o lugar social que constituiu sua história de nascimento, colocação Camponesa-Pando/Bolívia, e a experiência de diásporas fornece referências para se entender o espaço da fronteira interamericana e amazônica. Primeiro, a experiência se inscreve numa temporalidade comum a várias gerações e pressupõe que a tradição do extrativismo da borracha tenha gestado a



interação de uma transterritorialidade amazônica constituída socialmente por seringueiros brasileiros que ocupavam o território boliviano há mais de cinco décadas.

Essa tradição é compartilhada e retomada na continuidade da “travessia” dos Rios Abunã e Acre realizada por outros seringueiros, a exemplo de Francisco Bonifácio, “Rumo a Bolívia”, que a partir da década de 1970 e 1980 em razão do processo de expropriação e o “desenraizamento” (MARTINS, 2004) do trabalhador brasileiro fronteiriço passa a configurar em uma territorialização dos conflitos agrários acreanos em colocações e seringais, revelando estes espaços como interstícios interamericanos e amazônicos, conformadores de uma nova ordem de relativização das fronteiras brasileiras, manifestado no fenômeno social dos chamados “brasivianos”.

Esse fenômeno mostrou na continuidade, as temporalidades da presença desses trabalhadores brasileiros em território boliviano não como um resultado do processo do capitalismo moderno de globalização das fronteiras amazônicas, mas, se constituiu no trânsito entre fronteiras nacionais forjadas na tradição socialmente constituída pelo fazer-se seringueiro.

Esta tradição não se configura apenas numa ordem econômica das condições impostas pelo capital na região da Amazônia Sul-Occidental, mas, também se apresenta como uma prática de interação homem-natureza. Na narrativa de Francisco Bonifácio, nascido em Tarauacá-AC, se constata que as histórias contadas sobre as seringueiras dos seringais da Bolívia foram escutadas por outros seringueiros distantes da fronteira, sendo a trajetória seguida por uma expressiva quantidade de famílias seringueiras que atravessaram os Rios Abunã e Acre e passaram a representar a comunidade “brasiviana”, numa coletividade de trabalhadores clandestinos.

Enquanto para Aldevino Correia o viver no seringal boliviano se constituiu num trânsito ininterrupto de um “andarilho”, para Francisco Bonifácio representou um lugar de sobrevivência e trabalho. Porquanto, a expressão privilegiada dessa experiência tradicional é o significado da floresta em ambos os territórios. No boliviano marca uma continuidade do modo de vida extrativista e se apresentava menos excludente que o Estado do Acre durante o processo de expropriação e expulsão do seringueiro provocada pela crise agrária a partir da década de 1970.

Assim, o fazer-se seringueiro clandestino no interior da Bolívia revelou no limiar dos Rios Abunã e Acre, que o chamado “brasiviano” aproxima o mundo extrativista acreano e familiar deste território conhecido, ao mesmo tempo culturalmente desconhecido e, no entanto, comum aos moradores da fronteira.



As narrativas de duas mulheres Francisca da Silva, brasileira residente na comunidade São Luiz, região de Povenir Departamento de Pando–BO, e de Susy Mejido, boliviana residente no município de Epitaciolândia, Estado do Acre-BR, permitiu compreender como as questões de ordem social e cultural foram expressas em suas experiências sociais na fronteira dos Rios Abunã e Acre. Em ambas as narrativas o ano de 2008 localiza temporalidades contemporânea dos conflitos que envolveram esta região de fronteira. Entretanto, face às questões colocadas pelos conflitos contemporâneos encontramos as formas de interações sociais forjadas por essas mulheres e suas famílias, apresentadas como o avesso de temporalidades conflitantes que permitem pensar como revelou naquelas condições, a dimensão do sentido de pátria brasileira e da boliviana.

Ao recompor o sentido pátrio/nação no simbólico aporte de “soma” ou da “identidade brasiviana”, o latino-amazônico procurou extinguir também a vontade de um viver transitório, provisório, forjando no lugar de moradia e trabalho, as múltiplas formas de alteridades. Nas entrelinhas do pensamento das narradoras há uma exigência quanto ao direito de viver marcado pela trajetória da convivência que parece evocar uma cidadania latina, “brasiviana”, revelando um deslocamento do sujeito cultural híbrido, para a além da ideia de nacionalidade, construída sob os laços sociais de convivência dos lares interculturais, da escola, da igreja e, ainda, nas relações de amizade e comerciais próprios daquele espaço interamericano e amazônico. Simultaneamente, a identidade “brasiviana”, ao mesmo tempo, se apresenta “includente” e “excludente”, uma vez em que a ideia do pertencimento constituída, particularmente nos núcleos familiares interculturais, é mediadora entre o cidadão e a nação.

O diálogo entre as narrativas permitiu compreender como foram forjadas as identidades no trânsito do entre-lugar, uma vez que hoje estão presentes, além dos trabalhadores tradicionais, os nascidos na fronteira e os filhos de casais interculturais, ampliando nossa visão de sujeito fronteiriço. A geração posterior ao ser “naturalizada”, ao “casar ou viver conjugalmente”, “registrar filhos” e “alistar-se no exército boliviano”, expressa uma maneira de viver fronteiriça, uma ambivalência que antes mantinha o “outro” separado.

A luta pelo reconhecimento de direitos, principalmente, o direito à propriedade da terra, as famílias se submeteram e resistiram ao “esquecimento” político e à imagem que os seus iguais seringueiros das reservas extrativistas tinham deles, como trabalhador brasileiro nos seringais bolivianos, sem a possibilidade de adquirir os mesmos direitos daqueles trabalhadores das



reservas extrativistas. Mesmo diante da intervenção dos governos, do acordo diplomático/2008, o rearranjo migratório a partir de 2010 materializado nos assentamentos do INCRA/AC e da OIM/Organização Internacional para as Migrações, expõe o verso e o avesso das entidades nacionais, pois contemplam dois pontos de referências alternativos do direito a terra no Brasil ou na Bolívia.

Confrontando as narrativas com a própria história de vida da pesquisadora, continua uma pergunta: “quem somos?” Este foi um questionamento que me fiz durante a pesquisa, filha de pais brasileiros, nascida em território boliviano, sou remanescente da primeira geração de filhos nascidos de brasileiros em seringais da Bolívia desde recuadas datas de andanças realizadas por trabalhadoras e trabalhadores brasileiros após a assinatura do Tratado de Petrópolis. Depois da exploração pacífica dos seringais e colocações bolivianas, a primeira manifestação social do grupo de “brasivianos”, talvez seja a marca mais distintiva que se destaca e que caracteriza ao mesmo tempo as expressões culturais de seus habitantes, os quais evidenciaram que viver em espaço fronteiriço seja um modo de viver na encruzilhada de culturas, como um “entre-lugar”, passível de serem percebidas as tensões e ambivalências daquele espaço.

A historicidade do deslocamento de trabalhadores brasileiros, seringueiros, para o interior dos seringais da Bolívia ocorreu em diferentes fases: a primeira se deu a partir de 1895, durante o chamado “primeiro ciclo da borracha”; a segunda fase, ocorreu entre os anos 1942 e 1946 durante a anunciada “batalha da borracha” e, a terceira, a partir da década de 1970, período do deslocamento de Doeri Amorim, natural do Estado do Paraná-PR, para o território boliviano. Atualmente é representante de uma pequena parcela das famílias que continua em território boliviano agora de forma legalizada.

Nas narrativas de brasileiros que permanecem legalmente em território boliviano, moradores das Comunidades de Arroyo Seco e Los Angeles, a exemplo de Doeri Amorim, se reconheceu no conjunto das vozes de homens e mulheres as ressignificações de um fronteiriço amazônico sobre os elementos culturais e o espaço/território, para entender se esses permitiram e ainda permitem a recriação desses sujeitos nos espaços interamericano e amazônico.

Aqui as narrativas mostram a visão de homens e mulheres das próprias trajetórias e de si mesmos como protagonistas de uma experiência social de fronteira, demonstraram as formas diferentes de expor a visão de mundo construída na entre-condição de trabalhadores brasileiros, clandestinos em suas divergências ao narrar. O sentido que expressaram suas experiências pode



ser observado sob três aspectos: o esquecimento: “não tinha como sobreviver lá no Brasil e eu não queria muito, só sonhava possuir um lugarzinho meu”; a discriminação: “solteiro não precisava de terra, aí nós achamos que na Bolívia tinha uma solução para nós”; e o abandono “1977, até agora nós tínhamos nossa área de terra lá, ainda tá lá porque foi abandonada devido esse negócio da empresa.” Estes identificam a entre-condição vivida pelo fronteiriço latino-amazônico, no chão da (in)certeza de existir como sujeito apenas visíveis no âmbito do conflito de viver entre-fronteiras.

Assim, conseqüentemente a brasivianidade se configurou como uma das identidades constituída no conflito, principalmente em fins do século XX, com o maciço deslocamento empreendido por mulheres e homens expropriados dos bens do modelo agropecuário vencedor, implantado no Estado do Acre, a partir da década de 1970. Assim, a questão de identidade se definia, sobremaneira, pelo centro brasileiro. Porquanto, é no momento da visibilidade social do grupo de “brasivianos”, no cenário político do II Congresso Nacional dos Seringueiros em 1989, que a pergunta: “Quem somos?” adquire uma repercussão existencial consciente, uma vez que exige uma resposta, mesmo sem definição própria, pois, designou a princípio, os trabalhadores brasileiros nos seringais bolivianos.

Esse grupo ao passar a existir por via negativa, pelo que não é; isto é, pelo que se rejeita e pelo que se almeja ser. A imagem que os chamados “brasivianos” têm de si no interior da Bolívia denota uma entre-condição vivida por homens e mulheres, que denuncia o “eu” e o “outro”, expressos nas diversas narrativas. Desta forma, nas afirmações que ora se formulam positivamente, quando estão renegociando no espaço identitário e, em outros momentos, se expressam fortemente negativas ao retratar o trabalhador brasileiro no interior da Bolívia, o conceito de fronteira se mantém íntegro; o espaço é o que se amplia e é a causa da luta por direitos, e a ideia de pertencimento, expressa no sentido do reconhecimento de cidadão de direitos parece ser reivindicada como forma de recompor a fronteira pandina dos vales dos Rios Abunã e Acre, como uma unidade continental latino-amazônica: “sou um brasileiro na fronteira, sou um brasiviano, um trabalhador sem fronteira”.

Assim, a identidade “brasiviana” se revela por incorporar as (in)diferenças veladas na intra-relação e inter-relação vividas por mais de três gerações de trabalhadores brasileiros nos seringais. O termo ainda denota a forma de tratamento dispensado a estes ao se referirem as



nacionalidades, brasileira e boliviana, que os faz existir como sujeitos binacionais, mas excluídos de ambas. Um exemplo é o narrador Doeri Amorim. Ao afirmar ser “um trabalhador sem fronteira”, evidenciou uma forma de consciência do trabalhador latino-americano no contexto amazônico de ambas as nacionalidades, expropriado e (in)dependente, como a declarar um somos interamericanos, cidadãos latino-amazônicos, contudo, ainda carecendo de um centro que permita consolidar direitos sobre a terra de trabalho na região de Pando- Bolívia. A partir de 2000, a comunidade “brasiviana” se permite e aceita a cidadania boliviana antes postergada.

Nesse sentido, viver no Brasil ou na Bolívia extrapola a ideia de testemunho pátrio com eferência ao nascedouro e localiza o grupo em relação ao espaço geográfico identitário fronteiriço. Em deixando de determinar “Brasil” ou “Bolívia” como indiciário determinante de “identidade”, forja uma saída que Bauman (2005) afirma “ser a fronteira, um veículo da qual poderá ser o sujeito integrado ou excluído de acordo com o poder habilitado a separar quem está dentro de quem está fora” (p.16). Entretanto, entre homens e mulheres que vivenciaram uma experiência fronteiriça o pensamento expressa a heterogeneidade do modo como é sentido e entendido o lugar relacional do sujeito social no espaço de fronteira. Um bom exemplo, encontramos na narrativa de Doeri Amorim quando afirma que: “Eu nunca gostei de falar espanhol. Mas, eu, particularmente, nunca quis mexer com isso. O fato que eu não precisava falar espanhol porque todo boliviano que mora na fronteira entende quando os brasileiros falam o português”.

A resistência ao idioma do país de destino é justificada pelo convívio entre brasileiros e bolivianos nessa área de fronteira que é descrita como uma zona de integração cultural. Se, ainda, encontramos resistência à aprendizagem do idioma entre aqueles que chegaram aos seringais da Bolívia a partir do deslocamento da década de 1970 como é o caso de Doeri Amorim, entre os filhos de pais brasileiros que conviveram socialmente nas comunidades onde residiram como é o caso do filho de Francisca da Silva ao apresentar o sentido de “soma”, nos permite entender que as questões do sentimento pátrio, sintetiza e caracteriza alguns fatores que permitem recuperar os diferentes tempos e espaços de convivência: “[...] na escola nós aprendemos a falar e escrever em espanhol todo o conteúdo dos professores, em casa se falava o português e na escola o espanhol. Era bom.

A gente aprendeu o espanhol e não perdemos o português. Eu não perdi o português e até onde estudei aprendi o espanhol e eu acho que foi uma soma. Agora eu tenho dificuldade, né



mãe, de ler em português. As letras são diferente”. Esses dois trechos das narrativas, a primeira de Doeri Amorim, do quanto capítulo e a segunda, de Francisca Silva, do segundo Capítulo, permitem capturar as representações que os moradores fronteiriços têm de suas experiências e do local onde realizam suas vivências sociais. As descrições se apresentam carregadas de subjetividades, e delas, erigem dois prismas: o primeiro se apresenta como preconceituoso, expressando o lado negativo: “Eu nunca gostei de falar espanhol”, enquanto o segundo traz uma referência positiva: “Eu não perdi o português e até onde estudei aprendi o espanhol e eu acho que foi uma soma”.

Contudo, ambos recompõem a identidade como sendo um sinal de uma unidade geocultural mais ampla, constituída da inflexão do nascer – viver – trabalhar – pensar e sentir. Nesse sentido, o “pensar–sentir” torna-se uma dimensão de assinatura de um padrão identitário do sujeito no espaço local-tempo, no socioeconômico e cultural. “Pertencimento” e “identidade” são elementos bastante negociáveis e revogáveis de acordo com a condução do indivíduo diante da vida de relações. Assim, os atos de decisões, caminhos, escolhas e modo de agir, são as formas de exteriorizar o modo de pensar e sentir, o que permite dizer que a comunidade “brasiviana” seja uma comunidade de destino.

Dessa forma, a identidade “brasiviana” se manifesta a partir das referências que esses sujeitos articularam e estabeleceram com sua origem de pertença em suas múltiplas relações. Ao compartilhar experiências, constitui-se socialmente a partir do extrativismo que o localiza na ação produtiva e sob a qual negocia valores intrinsecamente interligados ao pensamento. Isso está implícito, neste trabalho, nas falas dos narradores.

Por esse prisma, o ato mecânico de legalidade nacional realizada pelos “brasivianos” ao nacionalizar a si ou aos seus filhos e netos na Bolívia, expressos em documentos oficiais, vai além de uma cidadania boliviana: passam a representar um profundo sentimento (in)consciente, de “latinidade” americana do fronteiriço-amazônico expropriado, manifestada no modo como articulam socialmente o Bauman afirma que há dois tipos de comunidades, uma de vida e a outra de destino.

Aqui iremos considerar a de “destino”, as que são fundidas (...) por idéias ou por uma variedade de princípios. Aonde a qpermiteuestão da identidade só surge com a exposição àquela comunidade de destino, visto haver mais de uma idéia para evocar e manter a unidade, “a comunidade fundida por idéias”, sentido da língua nacional, encontrado nas narrativas. Mostram



que na fronteira Acre-Pando os bolivianos se fazem entender melhor falando mais o chamando “portunhol”.

Sob outra ótica, a pesquisa revelou uma característica muito peculiar dos “novos brasivianos”, a partir dos anos 2000. A relação conjugal intercultural passou a apresenta outra forma de visibilidade do fronteiro. Se em 1989 os “brasivianos” designavam os trabalhadores brasileiros nos seringais da Bolívia, a partir do início do século XXI esses são identificados genuinamente como geração dos filhos de casais interculturais e, ainda, do entrecruzamento promovido particularmente pelas escolas brasileiras e bolivianas na região de fronteira. Mas, quem são os “novos brasivianos”? Qual a sua identidade? A pesquisa, mesmo ao identificar os casais e, principalmente, os filhos interculturais, como os prováveis representantes da geração cultural “brasiviana”, ainda caracteriza a identidade como constituída num conflito, apresentado pela tensão de hábitos culturais no interior do lar.

Diante dessa constatação, a brasivianidade passou a caracterizar uma identidade híbrida própria da zona de contato que a expressa. Essa identidade se evidencia por elementos profundamente ligados no modo como esses sujeitos concebem o nascer – viver – pensar e sentir. A pesquisa revelou dados que permite considerar a convivência no lar como o lócus onde os hábitos, costumes e os valores culturais são negociados, expressando e traduzindo eles conflitantes ou não. A experiência dos nascidos interculturais, no que tange ao costume de abençoar ou não filhos e netos, bem como, a escolha do idioma usual no interior do lar, dependerá do grau de interação ou do domínio exercido pelos cônjuges ou seus familiares, se evidenciando um duplo sentido, uma ambivalência, no interior dos lares interculturais.

Os fatores de comensurabilidade cultural (idioma usual dominante, registro de nascimento, etc.) implicam num acordo que segundo Homi Bhabha (2007), leva a uma transparência da cultura que deve ser pensada fora da significação da diferença para recompor como um entre-lugar da cultura, entre o signo e o significante. A pesquisa revelou ainda que a escolha da cidadania nacional, brasileira ou boliviana, através da qual se expressará a brasivianidade, marcadamente relacionada ao registro de nascimento, é uma decisão paterna que vai além da nacionalidade, no caso em estudo, se articula de forma conjuntural como uma estratégia de benefícios. Os dados nos leva a concluir que em quase cinco décadas a dinâmica social promovida pela presença e experiência de vida clandestina do seringueiro brasileiro em seringais bolivianos, particularmente,

em razão da continuidade e permanência legitimada, constituem, para além de uma identidade fixa de “brasiviano”, uma representação de uma territorialidade transamazônica que estamos chamando de brasivianidade.

Esta é constituída em torno de uma ambivalência, se tornando um signo de uma articulação dupla, uma estratégia complexa de reforma, regularização e disciplina que se apropria do outro, de forma que seu efeito sob o discurso geopolítico de fronteira é profundo e perturbador, pois pela ambivalência da brasivianidade, não apenas se rompe o discurso, mas se transforma em uma (in)certeza que fixa o sujeito fronteiriço como “presença parcial”.

Neste sentido, a tese apresenta alguns elementos que precisam ser aprofundados: a) Como nos lares interculturais são expressos os hábitos culturais? b) Qual a posição hierárquica dos pais interculturais na decisão da nacionalidade? c) Que elementos ou critérios participam da negociação e dos valores culturais do pertencimento? c) O que representa a transnacionalidades do “portunhol” e de religiosidades? d) Quais os novos rearranjos políticos, sociais, e culturais das questões de legitimidade e territorialidades colocadas pelas comunidades de Arroyo Seco e Los Angeles? O que representa os trânsitos e a questão da educação nas perspectivas dos desafios contemporâneos entre-culturas? Esses questionamentos, com certeza, darão fruto a novos estudos que trarão dados não revelados, até porque não foram o foco da pesquisa, mas que em muito contribuirão para a compreensão da vida na fronteira entre o Estado do Acre – Brasil e o Departamento de Pando-Bolívia.

7. Referencias Bibliográficas:

1. ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexiomes sobre el origem u la difusión del nacionalismo**. Fundo de Cultura Econômica. México, 1993.
2. ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Políticas de conflitos: movimento de trabalhadores rurais e conflitos agrários na Amazônia (1986 -1990)**. Pará- Agrário, nºs 6-7. Belém: DESP, 1989.
3. _____. **Exportações das Tensões Sociais na Amazônia; Brasivianos, brasuelanos e brajolas – Identities construídas no conflito**. Travessia – Revista do Migrante CEM, ano VIII, nº 21, janeiro-abril. São Paulo, 1995, p. 28-36.
4. BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2005.
5. _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
6. BERCK, Bertha k. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
7. BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo- RS: Editora Unisinos, 2003;

XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC

8. _____. *A arte da conversação*. S. Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1995.
9. BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003;
10. BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
11. CANCLINI, Néstor Garcías. *Cultura Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
12. CERTEAU, Michael. *A invenção do cotidiano, Artes de Fazer*. Vol. 1 Petrópolis, Vozes, 10ed. 2011.
13. COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lagrima de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. Companhia das letras, Rj, 1989.
14. COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Corte. 1992.
15. CHAUVEAU, Agnes & TERTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
16. ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados*. REVISTA NERA – ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO DE 2005 – ISSN 1806-6755.
17. _____. *Trajelórias de famílias subterrâneas na fronteira do Acre(Brasil) e Pando (Bolívia)*. IN: Proj. História, SP. (27). p. 107 – 122, dez/2003.
18. FONT, Joan Nogue e RUFÍ, Joan Vicente. *Geopolítica, Identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2008.
19. Glissant, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: ed. UFJF, 2005.
20. GEARY, Patrick J. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
21. HAESBAERT, Rogério. *“O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade”*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
22. HALL, Stuart. *A Identidade cultura na pós-modernidade*. Rio de Janeiro:DP&A, 2006.
23. _____. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
24. IOKOI, Zilda Marcia Gricoli. *Intolerância e resistência. A saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil, (1935-1975)*. São Paulo: Humanitas, 2004;
25. _____. *O Brasil atual e a mundialização*. São Paulo: Ed. Loyola, 1997;
26. _____. *Deslocamentos populacionais e novas formas de solidariedade*. São Paulo: BEI Comunicação, 2000. (Coleção Êxodos programa educacional). Brasília/DF. 2001.
27. LIMA, Geórgia P. *BRASIVIANOS: uma experiência social na fronteira do Abunã - (1970/1980)*. Recife: UFPE. (Dissertação) Mestrado em Historia do Brasil. 2000;
28. _____. *Fronteira do Abunã e os conflitos sociais*. IN: Amazônia pós-moderna. Tradições e contradições. Rio Branco-Ac: OPUS, 2008.
29. MAIA, Sávio José da Costa, *Seringueiros brasileiros e suas travessias para a Bolívia: a formação de novos modos de produção num espaço de litígio (1970/1995)* UFPE. Dissertação de Mestrado, 2002.
30. MARTINS, José de Souza. *Expropriação e vivência: a questão política no campo*. 3ª Ed. São Paulo, HUCITEC, 1991.
31. PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral* – (Seleção de texto). São Paulo: Letra e Voz. 2010.
32. REIS, Arthur C. Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
33. RIOJA-BALLIVIAN, Guillermo, *Aproximación preliminar delimitativa com base para uma investigación. Reasentamientos brasileños em Pando: cronología incompleta*. Univerdad Amazónica de Pando, Cobija, S/d;
34. SAYAD, Abdelmalek, *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. Ed. Universidade de São Paulo. São Paulo: 1998.

XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DEFIJIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC

35. SILVA, Sidney Antônio (Org.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: HUCITEC, 2012.
36. SMITH, Richard Cândida. *Circuitos de Subjetividades. História Oral, o Acervo e as Artes*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
37. SPRANDEL, Márcia A. *Brasiguaios: os camponeses e as regras do jogo político nas fronteiras do cone Sul*. *Travessia* – Revista do Migrante, CEM. Ano IV, nº 11. São Paulo, 1991. p. 9-13.
38. TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
39. Walter, Ronald. *Fronteira e espaços fronteiriços interamericanos*. Universidade de Pernambuco, s/d.

Entrevistados:

1. Alderino Alves Correia - “Filho de pais migrantes”
3. Francisca Souza da Silva – “A vida boa, no final foi de perseguição”
4. Susy Mejido Vaca - “A gente saiu praticamente fugindo”
5. Francisca Pinheiro Pinto “É isso a vida”
6. Doeri José Amorim - “chegada ao Estado do Acre e entrada para as terras da Bolívia”
7. Sandra Maria Borges Azad.
8. Jarniel Silva e Silva.